

## O CARÁTER EPISTOLAR DOS MANUSCRITOS DE MORRETES

Elvira Barbosa da Silva (Doutorado em Estudos da Linguagem-UEL)

Co-autora: Orientadora: Profa. Dra. Vanderci de Andrade Aguilera

Palavras-chave: Manuscritos; Contexto Filológico; Caráter Epistolar.

### 1 Introdução

O amor que os gregos manifestavam ao estudo da língua em uma perspectiva histórica e que investigava documentos escritos antigos recebeu o nome de Filologia. O estudo crítico dos textos redigidos em uma determinada língua enfocava seu desenvolvimento, sua morfologia e sua fonologia.

A filologia ocupa-se, além da edição de textos, das questões de datação dos documentos e de sua toponímia. Busca embasamento no arcabouço teórico da Lingüística Histórica, da Gramática, da Arqueologia, da Paleografia e da Epigrafia, dentre outros ramos que possam oferecer substâncias às pesquisas de textos antigos.

Quando um filólogo mergulha no universo de manuscritos, por exemplo, ele pode perceber, não apenas os caminhos da linguagem investigada, mas a própria história do povo que a legou. Assim, o contexto filológico percorre várias trilhas partindo do passado para deixar rastros em que outros pesquisadores possam inspirar-se e fazer descobertas ainda mais importantes para futuros estudos da linguagem.

Bellemin-Noel (1997) afirmava que cada manuscrito traz consigo sua própria história. O contexto em que o manuscrito da cidade de Morretes do século XIX está circunscrito revela, em seu texto, vários traços que permitem reconhecer seu caráter epistolar.

A palavra carta, de acordo com CUNHA (1998), veio do latim *charta*, derivado do grego *chártes*, assim como a lexia epístola que chegou até nós vindos do latim *epistúla* que derivou do grego *epistole*, desde o século XIII quer dizer: “comunicação devidamente acondicionada e endereçada a uma ou várias pessoas”

Conforme Pessoa (2002), a carta na Antigüidade era o meio mais usado pelos políticos para se manterem informados. E na Idade Média entre os anos 800 e 1400

na Europa a produção de cartas tinha o propósito de passar da troca de informações verbais para as cartas escritas; trazia no corpo do texto a influência clerical; era também o instrumento de comunicação dos imperadores e dos Papas. Nessa época as cartas eram escritas em latim. O comércio passou a empregar tal gênero de escrita, depois disso, vários outros tipos de documentos valeram-se do estilo das cartas e, muitos deles, até a atualidade carregam a denominação “carta”, nela seu autor ou autora mostra sua percepção da realidade em que está inserido (a). A carta é o espaço de atuação, a ferramenta que um escriba pode utilizar como meio de sua expressão.

A importância das cartas continuou seu percurso através dos séculos, passou por diversas localidades como Portugal e, por fim, chegou ao Brasil.

Da famosa “Carta de Pero Vaz de Caminha” às demais narrativas de viagem, às outras descrições, pessoais ou não, a carta tem sido o gênero mais utilizado pelas sociedades que se baseiam sobre os escritos.

## 2 Breve Contextualização Histórica

Os manuscritos de Morretes mostram que a língua e seus instrumentos lingüísticos são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado, como bem afirma Guimarães (1996). Neste caso, estão ligados à formação de uma das primeiras cidades do Paraná.

Morretes situa-se entre Paranaguá e Curitiba e teve participação fundamental no desenvolvimento sócio-político-econômico do Paraná. “Porto de Cima” que, por muitos anos, funcionou como porto daquela região é, até os dias de hoje, uma importante localidade de Morretes. Teve seu início em 1721 com uma pequena povoação e trezentas braças de terra. Seu primeiro nome foi “Povoado de Menino Deus dos Três Morretes” por causa dos pequenos morros que circundavam aquela freguesia. Em março de 1841 foi elevada à categoria de vila e, desta forma, foi desmembrada da cidade de Antonina. Em 24 de maio de 1869 a vila tornou-se a cidade de “Nhundiaquara”, nome do rio que corta o município. Em 7 de abril de 1870 o nome foi mudado para “Morretes” que, aliás, era seu nome primitivo.

A comunidade morretense possui representantes das famílias de colonizadores italianos, sírios, japoneses e, logicamente, portugueses que, até os dias de hoje, preservam o município. Pessoas ilustres como Rocha Pombo e Silveira Neto são motivo de orgulho para a população local e para todo o estado. A cidade, com uma população atual estabelecida em aproximadamente 16.500 habitantes, preserva suas belezas naturais, embeleza suas construções, e recebe diversos turistas em todas as épocas do ano que querem saborear o prato típico mais famoso da região, o “Barreado”. Morretes é o que pode ser chamado de relicário histórico e cultural de tantas gerações.

### 3 A Carta Pedido/Requerimento é de uma mulher!

Conforme Gilberto Freyre (1996) afirma em sua obra “Casa-grande & senzala” as mulheres não praticavam muito a escrita pessoal. O ofício/requerimento que trazemos para a análise foi produzido por uma mulher, uma professora da primeira escola das primeiras letras de Porto de Cima, Morretes.

A pequena produção de manuscritos assinados por mulheres traz o problema metodológico de se encontrar materiais para investigação. Uma das razões é que são objetos delicados e seu estado de conservação não é dos mais adequados. Outro aspecto é que a imensa maioria de manuscritos escritos no Paraná imperial era feita por homens, entretanto, esse documento analisado neste trabalho, pelo diferencial de ter sido elaborado por uma mulher, teve prioridade em nossa escolha.

Para Watt (1990) a carta é comparada ao telefone nos dias de hoje: “O telefone oferece um paralelo mais ou menos recente do tipo de mudança que parece ter ocorrido: durante muito tempo reservado para transações importantes, em geral negócios, à medida que as instalações aumentavam e se barateavam seus usos estendeu-se pouco a pouco, talvez sob influência das mulheres, abrangendo hoje conversas puramente sociais ou até mesmo íntimas”.

O documento tem as características de uma carta e nele a autora revela o rito de passagem do pessoal para o público, ou seja, a carta saiu do nível da escrita de comunicações pessoais, intimistas ou familiares para o documento público, dirigido a

pessoas com quem se deve manter cerimoniosa distância. Tal postura, como pode ser notada no texto, é mantida pelo fato de o manuscrito ser endereçado ao presidente da província do Paraná.

A tabela mostra os dados contidos no manuscrito original como estabelecido pelo PHPB e PHPP (Para a História do Português Brasileiro e Para a História do Português Paranaense, respectivamente). O PHPB é um projeto que engloba estudos lingüísticos, trabalho filológico, edição de textos e estudos sócio-históricos da história brasileira e o PHPP segue os mesmos passos, todavia dedica-se às investigações relativas ao Paraná.

Número do documento: 202
Composição: Fól. 35 r
Tipologia: Ofício
Ementa: Pedido de licença para tratamento médico na capital
Data: 27 de agosto de 1870.
Autora: Maria Thereza de Jesus Guimarães

	<i>Illustrissimo Senhor Doutor</i> Inspector Geral da Instrucção publica
	Maria Thereza de Jesus Guimarães
	Professora de instrucção primaria da Freguesia do Porto de Cima,
	não podendo continuar no exercício da mesma, visto que seos in
5	commodos de saúde aggravão-se consideravelmente, pede ao Ex
	<i>celentissimo</i> Senhor Presidente da Provincia, sua remoção para
	uma das cadeiras vagas da Capital; e para esse fim traz á <i>Vossa</i>
	<i>Senhoria</i> um requerimento para ser informado.
	A supplicante, sciente de não obter esta graça sem a favorável inter
10	venção de <i>Vossa Senhoria</i> , espera que na generosidade de <i>Vossa</i>
	<i>Senhoria</i> encontrará efficaz apoio para chegar ao seo desideratum.
	De cuja graça.
	<i>Espera Real Merce.</i>

15	Porto de Cima, 27 de Agosto de 1 870.
	Maria Thereza de Jesus Guimarães.

Logo no cabeçalho do documento pode-se observar uma dos pontos que revela o caráter epistolar do manuscrito, o vocativo que foi desdobrado, isto é, a quem a missiva é endereçada.

Em seguida, a escriba identifica-se ao apresentar seu cargo e sua procedência. Aquele rito de passagem da esfera do pessoal para o nível público pode ser notado quando a autora afirma não mais poder exercer seu cargo de professora “visto que seos incomodos de saúde agravão-se consideravelmente”, mas ela não revela de que tipo de enfermidade ou problema ela sofre. Não há a exposição da intimidade física ou emocional, ela preserva sua figura, talvez porque sua posição profissional assim exija, especialmente no Brasil imperial. O cunho burocrático é outra característica deste documento, prova disso é o emprego dos termos “Vossa” que, não apenas denota solenidade, mas uma superioridade digna de reverência, pois é o pronome das orações.

A professora autodenomina-se “a supplicante”, tal vocábulo potencializa a condição de uma pessoa enferma. As palavras “graça, favorável intervenção e generosidade” mostram que o destinatário a quem ela recorre é dotado de poderes para intervir em seu auxílio, pois ela postula que encontrará, não apenas apoio, mas “eficaz” apoio a seu pedido. Além disso, pode-se observar, ainda, o tom subserviente por parte da autora. Dessa observação ressaltam as seguintes questões:

1) A subserviência era reflexo da condição feminina da época de uma profissional que, embora tivesse cargo público e autoridade perante suas alunas, deveria mostrar-se mais reverente que um homem, um professor?

2) No Brasil imperial, quem quer que estivesse abaixo do inspetor geral de instrução, mulher ou homem, deveria colocar-se em posição servil, especialmente se estivesse carente de favor ou benefício daquele que pagava o ordenado, ou seja, o dinheiro com a ordem do imperador?

Novamente, de acordo com Pessoa (2002): “na Europa até o século XIV, as cartas eram escritas em latim. Nesse período liam-se e admiravam-se as coleções de

cartas de figuras da Antiguidade”. Isto pode ser visto no final da correspondência em que a autora coloca: para chegar “ao seo desideratum”. Ela lançou mão desse recurso lingüístico, o termo em latim, pois ainda hoje causa admiração em quem recebe um texto com tal elemento, o que ainda demonstra suas habilidades sociopolíticas do saber ler e escrever. O uso do termo em latim reforça capacidade e competência técnica da professora, portanto, é digna de ser atendida em seu pedido/requerimento para tratamento médico na capital, pois “desideratum”, segundo Ferreira (2001) : “é aquilo que se deseja; aspiração, é o particípio passado neutro substantivado de *desiderare* ‘desejar’, desiderativus”.

A escriba também utiliza a palavra “generosidade” para dirigir-se à autoridade competente no sentido de “gênero”, isto é, pertencemos ao mesmo “gênero humano”, embora suplicante e em condições subalternas ela é “tão gente quanto o presidente da província” (CUNHA, 1998).

Interessante, também, é verificar que a autora do pedido/requerimento coloca-se em terceira pessoa. Isto pode ser confirmado no uso dos verbos: “pede”, no lugar de “peço”, “traz”, em vez de “trago”, “espera” e não “espero”. Ela apresenta a profissional que precisa da remoção para a capital, cita seus motivos, afirma confiar no recebimento da graça esperada e, caso não assinasse o leitor poderia pensar que a referência estaria sendo feita à outra pessoa. Outra prova do cunho burocrático e cerimonioso do texto.

A presença da influência da cultura clerical no manuscrito da época é revelada em seu escatocolo. Maria Thereza de Jesus arremata seu texto com os termos “De cuja graça” e “Espera Real Mercê”, formas de dirigir-se a quem possui as rédeas do poder, além disso, a religião fazia parte do conteúdo a ser ensinado na escola, além das matérias comuns, portanto era preciso sabê-la para ensiná-la. Ademais, seus três primeiros nomes refletem alguns dos ícones cristãos: “Maria”, a mãe da sagrada família, “Thereza”, nome de uma das santas mais veneradas do panteão católico e “Jesus”, nome do fundador do Cristianismo e filho da Virgem Maria. Possível inferir, desta forma, que a autora pertencia a uma família tipicamente católica.

Redigir nome do local (cidade) de onde o documento parte, registrar a data (dia, mês e ano) após a vírgula e assinar o documento são outras características de uma carta.

#### 4 A cenografia pseudo-etimológica do manuscrito

Esse manuscrito em análise encontra-se no período pseudo-etimológico, momento da ortografia no Brasil que vai do século XVI até 1911. A influência dos clássicos em todas as áreas manifestou-se nas Letras e, então, o Latim impregnou suas características à língua portuguesa. O exercício desta influência resultou em grupos de letras como: ph, ch, th, rh, que não existia anteriormente. Foi nessa época, portanto, que grandes absurdos apareceram tais como: typoia, cryptography, etc. Eis porque tal período é considerado pseudo-etimológico, ou seja, é aí que a tendência a abusar do que se “pensava” correto se impôs. Desta forma, privilegiou-se a procura da etimologia e ignorou a história do idioma português. No texto de Maria Thereza de Jesus Guimarães, nota-se a falta de acento gráfico em muitas palavras hoje acentuadas. Há o uso de letras dobradas como nas palavras “incomodos, agravão, supplicante, efficaz”. Há, ainda, a palavra “instrucção” e “aggravão”, ao invés de instrução e agravam. O nome da escriba “Thereza” também revela a influência ortográfica do período. Nota-se que nesta época havia a proposta de uma ortografia ora simplificada, ora fonética, e, enfim, mista. Por longo tempo não se chegou a um consenso quanto à forma de escrever a língua portuguesa. A revista da Academia Brasileira de Letras de 1931 posicionou-se da seguinte forma: “era preciso terminar com o estado anárquico no qual a ortografia da língua estava imersa e para tanto se fazia necessária uma reforma que a um só tempo fosse “decisiva, eficaz e disciplinadora”.

O documento escrito pela professora Maria Thereza é de curta extensão, nele ela cria sua imagem, atua nele e expressa seu desejo a seu destinatário.

#### 5 Considerações Finais

Os manuscritos são tesouros legados por seus autores. Por meio de um documento antigo o pesquisador é transportado a outro tempo e outro espaço. Este trabalho teve o objetivo de compartilhar a riqueza que pode ser encontrada nos manuscritos produzidos no Paraná, especialmente para os estudos lingüísticos. Outra razão para esta pesquisa foi mostrar que estes manuscritos foram escritos em formato epistolar, ou seja, com as características de um gênero textual bastante utilizado desde os primórdios, a carta.

Foi possível provar que a autora lançou mão de vários recursos lingüísticos para dar significado a seu texto.

Um pouco da história de Morretes foi apresentada, pois é considerada uma das primeiras cidades do que se pode chamar de parte do berço da civilização paranaense e que vale à pena ser visitada e apreciada em sua totalidade.

O trabalho quis, ainda, mostrar que foi difícil encontrar documentos produzidos por mulheres no século XIX, mas foi um privilégio ter garimpado um texto de uma professora como autora de documentos públicos que ficariam registrados para a posteridade.

#### Referências

BELLEMIN-NOEL, Jean. *Reproduire le manuscrit, présenter les brouillons, établir un avant-texte*. São Paulo: Educ, 1977.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico-Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GUIMARÃES, Eni & ORLANDI, Eduardo. *Língua e Cidadania: O português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

PESSOA, Marlos B. (2002). Da Carta a Outros Gêneros Textuais. In: Maria Eugênia Lamoglia Duarte e Dinah Callou (orgs.) *Para a história do português brasileiro*. Vol. IV Notícias de *corpora* e outros estudos Rio de Janeiro: UFRJ/ FAPERJ.

Revista da Academia Brasileira de Letras – Vol. 66, Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1933.

WATT, I. A ascensão do romance. Trad. De Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.



